

REGIONALISMO E ANTI-REPUBLICANISMO (1910-1918)

JOSÉ MARIA RAPOSO DE AMARAL

por
CARLOS CORDEIRO *

1. Ainda recentemente, Amadeu Carvalho Homem escrevia, a propósito do fim do regime monárquico-constitucional em Portugal:

«Em bom rigor, a história da monarquia constitucional portuguesa encerra-se com o regicídio. Os episódios seguintes não são mais do que a liquidação sucessiva de alternativas ilusórias, o esfacelamento sem remédio dos remanescentes do rotativismo, a dilaceração de ambições grupais gravitando em torno de personalidades sem estofo e, no meio de tudo isto, a vacilação inexperta do jovem D. Manuel»¹.

Aliás, esta perspectiva foi mesmo assumida por diversas personalidades, logo após a implantação do regime republicano, como aconteceu, por exemplo, na reunião convocada para a dissolução do Centro Progressista Autonomista Micaelense. Ali, um dos políticos de grande influência local, que havia sido governador civil do distrito de Ponta Delgada, afirma mesmo que a Monarquia morrera com D. Carlos².

A comoção nas hostes monárquicas foi, sem dúvida, significativa, ainda que o que restasse dos partidos do rotativismo, já enfraquecidos pelas cisões e lutas internas pelo poder, não tivesse deixado de

* Departamento de História, F.C.S., Universidade dos Açores.

¹ Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana 1870-1910*, Coimbra, ed. do autor, 1990, p. 70.

² Cf. *Correio Michaelense* n.º 718, Ponta Delgada, 1910, Outubro 17, p. 1.

aproveitar tão trágico acontecimento para acirrar ainda mais os exaltados ânimos políticos feridos pelo Ultimato e radicalizados pela ditadura de João Franco. Alguns, nessa ocasião, assumem uma espécie de «morte política», (por vezes só temporária), como o fez Aristides Moreira da Mota, um dos principais vultos da luta autonomista da década de noventa do século XIX e deputado franquista, que considerava que a nação havia atingido um ponto crítico de degradação cívica e moral: «a nação estava muito mais baixa do que eu imaginava. Uma grande parte dos nossos *concidadãos* ultrapassaram [*sic*] a degradação cívica, chegaram [*sic*] à última degradação humana. [...] Enfim, eu morri para a política»...³.

Naturalmente que o clima de insatisfação que o consulado franquista havia favorecido transformou o rei D. Carlos em alvo apetecido dos mais viperinos ataques de parte significativa do espectro político português. O regicídio alertou, porém, algumas consciências para a necessidade de o país enveredar por uma «vida nova» de modo que o clima de instabilidade constante desse lugar à cooperação frutuosa entre as diversas facções. O certo, no entanto, é que terão sido mais escutadas as vozes que, a propósito do fatal evento, lançaram suspeitas, acusações veladas, fomentaram a intriga, instigaram as paixões partidárias, acabando por inviabilizar a própria sobrevivência do regime. Nos Açores, ou melhor, em S. Miguel, onde se centra o nosso trabalho, é bem notório todo este clima que se manifesta através da imprensa partidária e, igualmente, em correspondência particular que nos transmitem a percepção que os próprios intervenientes políticos tinham sobre a realidade portuguesa. O chefe do Partido Progressista Autonomista Micaelense que, contrariamente ao que acontecera com o Partido Progressista a nível nacional, mantivera até ao fim o seu apoio (com a liberdade de actuação lhe havia concedido José Luciano de Castro) à ditadura de João Franco, seu amigo pessoal a quem tratava pelo familiar *tu*⁴, salienta precisamente a inevitabili-

³ *Carta de Aristides Mota a Luís Magalhães* [Moreira da Maia]. Ponta Delgada, 1908, Março 19. BN/E2.

⁴ V., por exemplo: *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao cons.º Alfredo Pereira* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1907, Outubro 18. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 14; *Idem*, Ponta Delgada, 1910, Dezembro 18: «O nosso chefe o sr. Cons.º José Luciano de Castro, atendendo às circunstâncias especiais deste distrito, concordou em que

dade do derrube das tradicionais instituições monárquicas se não se verificasse uma alteração profunda nos comportamentos políticos. E mais: na esteira dos defensores da prática do autoritarismo cesarista defendida pelo movimento dos *endireitas*, saído da reunião de futuros apoiantes franquistas realizada em 1898 na casa de Luís Magalhães, Raposo de Amaral mantém a ideia de que seria necessária uma «mão forte» para solucionar os problemas que o País enfrentava — e D. Manuel II estava a fazer precisamente o contrário:

«Nunca neste malfadado País foi tão necessário como agora um homem da energia do João Franco mas infelizmente temos, em vez dele, um governo de águas mornas que entrou no caminho das concessões aos desordeiros e que não sei até onde tenciona levar a sua benevolência. Cedo conhecerá o erro mas quando já não puder evitar as consequências [...]. A meu ver isto está irremediavelmente perdido [...]»⁵.

2. É pois a partir de correspondência de José Maria Raposo de Amaral que procuraremos perscrutar - com as cautelas possíveis para evitar indevidas generalizações — a caminhada de um político monárquico, após a implantação da República até às vésperas da sua morte, que ocorreu em 1919.

Ou seja: procurar-se-á tão-só abordar alguns tópicos fundamentais do percurso de um monárquico — com grandes responsabilidades políticas no distrito de Ponta Delgada no período do rotativismo e da crise final da Monarquia — após a implantação do regime republicano e até ao advento do sidonismo. E, nesta medida, compreender — numa insipiente primeira aproximação — a instalação do Partido

continuassem as coisas como estavam, entendendo-me eu directamente com o governo». UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 14; *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Bernardo Coelho de Amaral* [cônsul em Newport]. Ponta Delgada, 1908, Janeiro 19: «Este distrito está numas circunstâncias muito especiais. Quando se rompeu a Liga Liberal, o meu chefe, José Luciano de Castro, disse-me que como eu era amigo particular do João Franco me continuasse a entender com ele e assim tenho ido, mas sempre de acordo com ele, José Luciano». UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN), v. 14. Raposo de Amaral aponta dois outros distritos em que situação idêntica se verificava: Viana do Castelo e Vila Real; nos restantes os progressistas combatiam João Franco.

⁵ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Pe. José Gomes*. Ponta Delgada, 1908, Março 7. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 14.

Regionalista, seus protagonistas, detratores, estratégias de actuação e respectivos resultados. Não é, acredite-se, dispicienda a opção por tal tipo de abordagem, se se tiver em conta a importância social, económica e política de Raposo de Amaral, uma das personalidades mais marcantes da vida açoriana da segunda metade do século XIX e primeiras duas décadas do século XX, herdeiro de uma fortuna construída pelos seus ancestrais a partir do último terço do século XVIII e também, e por consequência, de um *saber estar* na actividade política que os seus ascendentes haviam cultivado. Não se trata, pois, de elaborar uma biografia consistente de tão importante vulto da sociedade açoriana, ainda que se reconheça a urgência de se encetar tal projecto, tendo em vista uma melhor compreensão da sociedade açoriana da época.

Como atrás se anteviu, será bom ter em conta que o chefe local dos progressistas, nomeadamente a partir do regicídio, deixa transparecer, nas suas missivas, um desencanto, um desânimo com o rumo que trilhava a política portuguesa e, daí, a sua intenção de abandonar a vida política activa. O ódio a teixeiristas, ou seja, aos apoiantes do governo de Teixeira de Sousa, era manifesto e agravado pelas suspeitas e especulações que grassavam no País e que Raposo de Amaral admitia como verdadeiras, de o crime haver sido perpetrado por dentro do regime ou com a conivência de agentes a ele ligados.

Com efeito, Raposo de Amaral considerava que os assassinatos do Rei e do Príncipe tinham sido projectados e planeados pela «camarilha» que se encontrava no poder, criticando D. Manuel pelo facto de ter chamado para governar «um dos promotores do assassinio do pai e do irmão», adiantando a sua desmotivação e desânimo na continuação da intervenção política activa: «quando o País, em vez de gritar aqui d'el-rei, apoia este governo, dá vontade à gente de os mandar todos às tábuas e meter-se de vez para sempre em casa»⁶.

⁶ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a José Carvalho*. Ponta Delgada, 1910, Setembro 1. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19. Esta visão sobre Teixeira de Sousa era transmitida para o público através do jornal progressista *Correio Michaelense*. O seu director, dr. Francisco Bettencourt Medeiros e Câmara salientava num dos seus editoriais que as «ligações estreitas e ostensivas» de Teixeira de Sousa aos «inimigos das instituições», tê-lo-fam tornado «suspeito a todos os sinceros monárquicos». *Correio Michaelense* n.º 627, Ponta Delgada, 1910, Julho 1, p. 1.

A política já não era o que fora, para o chefe do Partido Progressista Autonomista micaelense. De facto, a nova classe política não demonstraria, na sua opinião, empenhamento suficiente nem qualquer espírito de sacrifício com vista a alcançar êxito nos momentos decisivos. E assim, o chefe dos progressistas micaelenses que não liderara o «bloco» opositor ao Governo de Teixeira de Sousa nas eleições de 28 de Agosto de 1910, e quando já se considerava velho e doente para lutas eleitorais, vê-se na necessidade de regressar às lides políticas, pois considerava os políticos «modernos», demasiado «comodistas». De tal modo que aponta o facto de, no período crucial de preparação das eleições, os políticos se encontrarem «espalhados por esta Ilha passando o Verão e lá de vez em quando [iam] a Ponta Delgada». E esta crítica aos novos homens do aparelho partidário é ainda acentuada com um sentido desabafo: «Na última eleição do João Franco que foi a 19 de Agosto [...] gemi na cidade até que ela se fez»⁷.

Ora, este pessimismo relativamente aos novos ventos da política, que classificava de «mixórdia» movida exclusivamente pelo interesse «vil e baixo»⁸ levaram-no a tomar a decisão de se retirar da política activa. Mas o inverso é também verdadeiro: a incapacidade e o comodismo da classe política, ou melhor, dos militantes partidários, em vésperas de eleições nacionais, motivam-no a empenhar-se vigorosamente na campanha, tendo em vista a obtenção de um bom resultado eleitoral.

E neste aspecto é, sem dúvida, fundamental tentar compreender os mecanismos de que se servia para obter o maior número de votos possível.

Em primeiro lugar, o seu próprio prestígio político é inegável: «de toda a parte me requisitam e não sabem nadar sem bexigas»⁹. Por outro lado, o seu poderio económico, que gerava fortes dependências, fica bem patente quando alerta os seus colaboradores mais directos

⁷ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Cons.º Luís Fisher Berquó Poças Falcão* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1910, Agosto 15. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

⁸ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a José de Carvalho*. Ponta Delgada, 1910, Setembro 1. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

⁹ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Cons.º Luís Fisher Berquó Poças Falcão* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1910, Agosto 15. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

nas diversas freguesias da ilha de S.Miguel para esta realidade. Não se compreendia a existência de reticências sobre o resultado das eleições em freguesias onde possuía forte influência. Bastaria uma verificação minuciosa da lista de recenseamento para, como alerta, «vermos com quem podemos contar e os contra [...]. Há-de haver certamente eleitores que nós podemos também atarraxar pelos senhorios e outros em quem eu talvez possa influir»¹⁰. Não se tratava, tenhamos isto bem em atenção, de uma prática localista, mas institucionalizada a nível nacional e mesmo europeu e que se prolonga mesmo para além do período da monarquia constitucional^{10a}. Com efeito, os notáveis locais, como o era José Maria Raposo de Amaral ao nível do distrito de Ponta Delgada, mantinham sobre os eleitores pressões de diverso tipo, de modo a garantir a melhor votação. Frequentemente o acto eleitoral assumia foros de fraude e são inúmeros os casos de reclamação sobre resultados eleitorais nas diversas regiões do País. E, se as eleições comportavam alianças entre os dois principais partidos, aí a irregularidade assumia quase o carácter de normalidade:

«O grupo regenerador local [...] descansou e fiou-se no nosso trabalho; para os seus candidatos terem aquela votação foi necessário dar-lhes muitas das nossas maiorias.

A votação dos nacionalistas é também falsa; entraram nas urnas umas 30 a 50 listas puras, umas cento e tantas regeneradoras e progressistas com o nome do seu deputado também e o resto da votação demos-lha para nos deixarem fazer livremente a divisão com os regeneradores.

¹⁰ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Mestre Manuel*. Ponta Delgada, 1910, Agosto 20. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19. Em carta anterior, é ainda mais directo: «Já mandei falar aos empregados da fábrica e Câmara com respeito à eleição da Junta da Paróquia e quero crer que me servirão. Ao Luís Raposo dei ordem para se entender com o meu amigo e correr todos os meus rendeiros que são eleitores, pedindo-lhes em meu nome igual favor e dizendo-lhes que depois se não queixem de mim, pois estou disposto a despedir o que me faltar». *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Pe. Guilherme Vieira Botelho* [Bretanha]. Ponta Delgada, 1908, Novembro 21. UA/SD/JMRA — Cop. C AMA (RAL JUN), v. 14.

^{10a} Sobre o tema veja-se, por exemplo: Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*. Lisboa, Difel, 1991.

Os republicanos entre nós não vão longe. Numa eleição de acordo em que as nossas listas continham apenas dois nomes, era uma esplêndida ocasião de mostrarem força, mas o mais votado dos seus três candidatos apenas teve 178 votos»¹¹.

Mas há que não esquecer fidelidades garantidas através da obtenção de cargos, títulos, privilégios, isenções (do serviço militar, por exemplo), através de uma complicada teia que os principais partidos geriam com mestria, principalmente quando estavam no poder. Raposo de Amaral não podia fugir à regra. Só assim conseguiria manter a sua preponderância política. E ele tinha bem a consciência disso:

«Peço com o maior empenho todo o poderoso valimento de V. Exa. a favor do memorial junto [...] . Esta troca [de professoras] que é do agrado das duas tem a vantagem de conciliar elementos políticos no concelho da Povoação onde a nossa política é mais fraca do que a regeneradora e muito nos auxiliaria no nosso projecto de reorganização de que tratamos actualmente»¹².

Tratava-se, portanto, de um serviço prestado ao Partido e não propriamente o pedido de favor para um amigo pessoal e muito menos para si próprio. Aliás, este sistema de favores estava já enraizado na sociedade portuguesa e o chefe do Partido Progressista Autonomista Micaelense tinha décadas de experiência em termos de intervenção política. Sabia bem, por exemplo, que uma errada nomeação para

¹¹ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a José Luciano de Castro*. Ponta Delgada, 1908, Abril 15. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN), v. 14. Ao seu homem de confiança em Santa Maria escreve: «Mandarei qualquer destes dias as listas para a eleição mas, se lhe parecer, façam um simulacro de eleição e lavrem as actas com o que está combinado». *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Jacinto S. Monteiro Bettencourt* [Vila do Porto]. Ponta Delgada, 1908, Março 18. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN), v. 14.

¹² *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Dr. Augusto de Castro* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1909, Janeiro 17. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN), v. 16.

determinado cargo ou lugar na administração pública, podia dar azo à deserção das fileiras do seu partido de importantes influentes locais:

«A questão dos escrivães de Fazenda está ainda no mesmo pé. Por causa de um aspirante de Fazenda de Vila Franca deixou o Partido Progressista o principal influente da freguesia de Ponta Garça [...] e provavelmente por causa desta deixarão também uns poucos de influentes de pertencer a ele»¹³.

Acrescente-se ainda o empenhamento, junto dos órgão do poder, tendo em vista a resolução de problemas locais, por pequenos que fossem, o que não deixava de causar boa impressão aos respectivos habitantes, trabalho essencial para garantir bons resultados eleitorais¹⁴.

Em vésperas, pois, da implantação da República, Raposo de Amaral é um político que parece estar na curva descendente da sua intervenção nos negócios públicos. O facto de se ter auto-suspendido de presidente do Partido apontava precisamente neste sentido. Porém, a sua influência e o seu prestígio mantiveram-se intactos o que, como era normal no tempo (e foi-o também posteriormente), se apoiou numa rede de «notáveis» que instalara em todo o distrito e se lhe mantinham fiéis.

Nestas últimas eleições da Monarquia, Raposo de Amaral não deixa de acusar o governo, ou o partido que nele dominava (o Regenerador), da prática das maiores fraudes, exercício de coacção e publicitação de promessas impossíveis de cumprir. De qualquer modo, os resultados do «bloco» no distrito de Ponta Delgada não foram desanimadores: as maiorias foram para os governamentais (dois deputados) e as minorias para o «bloco» (dois deputados).

¹³ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Cons.º Alfredo Pereira* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1909, Março 18. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 16.

¹⁴ Raposo de Amaral não se coíbia de recorrer a familiares (p. ex.º ao seu cunhado, cons.º Luís Poças Falcão), amigos pessoais, deputados eleitos pelos Açores, antigos discípulos da Universidade de Coimbra em altas funções públicas com residência permanente ou temporária em Lisboa, a fim de obter solução para os pedidos que lhe faziam. Por vezes tinha mesmo que enviar memorandos, tantos eram os assuntos pendentes da mais variada natureza. V. p. ex.º *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Cons.º Alfredo Pereira* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1907, Outubro 18. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 14.

Sem pretender esgotar o assunto relativamente à actuação do chefe do Centro Progressista Autonomista Micaelense no período final da Monarquia, não deixa de ser relevante o pensamento de Raposo de Amaral sobre a necessidade de «dividir responsabilidades» quando as decisões a tomar assumiam ou poderiam vir a assumir assinalável gravidade. É nesta perspectiva que, a propósito da preparação das eleições para a Junta Geral Autónoma do distrito de Ponta Delgada, afirmava: «no estado em que estão os ânimos pode haver desgraças a lamentar e é conveniente dividir a responsabilidade pelo maior número possível»¹⁵. Ora não parece dispicienda esta preocupação de Raposo de Amaral. A convocação do Centro não surge para permitir uma maior participação dos progressistas-autonomistas nos processos decisórios sobre assuntos relevantes para a vida do distrito, mas para *dividir responsabilidades* caso surgissem problemas, dado o ambiente de tensão que considerava existir. Aliás, mais tarde, Raposo de Amaral, com a sua actuação, irá provar isso mesmo, invertendo o sentido de uma proposta aprovada por aclamação e de que adiante se dará conta.

3. A mudança de regime encontra Raposo de Amaral numa situação em que não lidera institucionalmente o partido mas continua a actuar nos bastidores, apelando a «velhas» solidariedades, lembrando dependências, «passeando» o seu prestígio próximo das eleições. Em 17 de Setembro de 1910, aponta para a sua retirada definitiva da intervenção política directa: «a minha saúde está muito abalada e estou muito necessitado de descanso e sossego de espírito, mas doía-me a consciência de abandonar agora nesta ocasião os meus bons e dedicados amigos [...]»¹⁶.

Como seria de esperar, as reacções à implantação da República foram diversas, variando desde a oposição frontal e mesmo violenta ao Estado republicano, à exaltação mitificadora dos «heróis da

¹⁵ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Dr. Luís Bettencourt Medeiros e Câmara* [Ponta Delgada]. Ponta Delgada, 1910, Setembro 6. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

¹⁶ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Manuel Carvalho*. Ponta Delgada, 1910, Setembro 17. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

Rotunda». Entre esses dois extremos há lugar a posições menos radicais: a dos «adesivos» detestados por uns e por outros; a dos expectantes, que aguardam o desenvolvimento da situação para depois decidirem a posição a tomar quanto à aceitação das novas instituições; a dos que aceitam o novo regime — sem compromissos de colaboração futura — mas que teriam preferido que a sua implantação fosse resultado de uma vitória nas urnas; a dos indiferentes que acreditavam que a mudança de regime em nada iria alterar as suas condições de vida.

Raposo de Amaral considera que a revolução acontecera «quando menos se esperava»¹⁷ e teria vingado em resultado do descontentamento que se gerara relativamente à actuação de D. Manuel II, «pela grande protecção dispensada ao último presidente do Conselho, um malandro que entrou no assassinato do pai e irmão»¹⁸.

Ora, contrariamente ao que aconteceu com o Centro Regenerador Micaelense que, em 7 de Outubro de 1910, ou seja, 3 dias antes de se auto-extinguir, envia um telegrama de apoio às novas autoridades, Raposo de Amaral que, na circunstância e a solicitação de vários militantes, reassume a chefia do partido que suspendera voluntariamente, consegue uma posição do «seu» Partido Progressista mais coerente. Com efeito, em vez de procurar qualquer espécie de «colagem» ao novo regime, o chefe do Partido promove, sem grandes pressas, uma reunião dos progressistas-autonomistas micaelenses que teve lugar na sua casa, em 16 de Outubro. Tratou-se, segundo a imprensa da época, de uma reunião muito concorrida em que tomaram a palavra os vultos mais importantes do Partido: Francisco de Andrade Albuquerque, chefe da comissão eleitoral do «bloco» conservador (progressistas, nacionalistas e regeneradores-liberais), que disputara as últimas eleições do regime monárquico em oposição ao governo de Teixeira de Sousa¹⁹; Guilherme Poças Falção, antigo presidente da Junta Geral do distrito

¹⁷ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a A.S. Gouveia* [New York]. Ponta Delgada, 1910, Outubro 15. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ Sobre estas eleições e as de 1908, v. Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *As Eleições de 1908 e 1910 nos Açores — Contributo para o seu Estudo*. Sep. de «Arquipélago» (Série Ciências Humanas), número especial. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985.

autónomo de Ponta Delgada; Luís Bettencourt Medeiros e Câmara, que fora governador civil do distrito, entre outros. Aí foi decidida, por unanimidade, a dissolução do partido.

Segundo relata um seu protegido nos estudos, o Dr. Horácio Pinheiro, nesta reunião do Centro Progressista, Raposo de Amaral teria dado liberdade aos seus antigos correligionários para tomarem as decisões políticas que a cada um mais conviesse²⁰. A esse protegido, Raposo do Amaral teria, posteriormente, aconselhado a aderir à República, de modo a melhor garantir o futuro²¹.

Nos tempos seguintes, Raposo de Amaral acusa os republicanos de todas as arbitrariedades, se bem que deixe bem claro que não tinha sido, por qualquer modo, importunado pelos homens da nova situação. É elucidativa uma passagem da carta escrita à irmã, cerca de um mês após a Revolução:

«Estes malandretes que nos regem, que estão exercendo a ditadura mais desenfreada de que há memória neste país, para quem a lei é letra morta e que atacam a propriedade individual, não têm autoridade moral para acusarem ninguém».

Mas, em relação a si próprio, a situação é diferente:

«Têm-me felizmente deixado em paz e até mesmo me tratam com um certo respeito, mas estou sempre de atalaia a ver quando se viram contra mim»²².

²⁰ Segundo o jornal officioso dos progressistas micaelenses, teria sido o dr. Luís Bettencourt a tomar esta posição. *Correio Michaelense* n.º 718, Ponta Delgada, 1910, Outubro 17, p. 1.

²¹ «Vim para esta cidade e apresentei-me a José Maria: Troca de impressões acerca da nova forma de governo e diz-me ele: meu caro Pinheiro precisas viver, faz-te com eles.

Segui o seu conselho.

Fiz-me democrático».

Horácio Pinheiro, «Carta Anónima» in *Açoriano Oriental*, n.º 4605, Ponta Delgada, 1923, Novembro 10, p. 1.

²² *Carta de José Maria Raposo de Amaral à Irmã* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1910, Novembro 20. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

Esta a tónica patente num conjunto significativo de cartas: cerceamento da liberdade, ataque à propriedade, intolerância, ameaças, entre outras práticas que afirmava verificarem-ser e que condena. O problema, para Raposo de Amaral, é o de se saber quando tal situação teria fim. Daí o considerar que, por receio dos resultados, os republicanos adiarão, o mais possível, a consulta eleitoral²³.

De facto, o *leader* dos progressistas micaelenses mantém grande expectativa na intervenção dos militares e mesmo de potências estrangeiras: crê, assim, que pouca vida teria a República. De qualquer modo, adianta: «estou inquieto por ver entrar isto na normalidade, preferindo que fosse com a monarquia²⁴. Ou seja, a segurança estava acima do regime. E não deixa de ser sintomático o pensamento de Raposo de Amaral sobre o primeiro meio ano de vigência do regime republicano e dos erros estratégicos cometidos pelos seus defensores. Assim, afirma que os republicanos haviam tido êxito numa conjuntura que lhes fora particularmente favorável, dado o desânimo do povo relativamente ao governo Teixeira de Sousa:

«Se tivessem tido juízo, se apresentassem logo a sua Constituição, fizessem as suas eleições, em vez de fazerem perseguições e leis para servir amigos, seria difícil pô-los fora; assim, o descontentamento é enorme e quase geral no país e creio bem que uma revolta monárquica será muito bem aceite».

Mas, as eleições para a Constituinte, que haviam ocorrido em 28 de Maio, são consideradas como «tudo quanto há de mais caricato»²⁵, tanto a lei eleitoral quanto a actuação dos republicanos durante o processo.

Percorrendo a correspondência de Raposo de Amaral podemos também acompanhar as suas ideias sobre as convulsões que assolaram o novo regime, nomeadamente as tentativas de restauração monár-

²³ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Filipe da Cunha Álvares Cabral*. Ponta Delgada, 1910, Novembro 19. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

²⁴ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Bernardo Coelho de Amaral* [Cônsul em Newport]. Ponta Delgada, 1911, Junho 10. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 19.

²⁵ *Idem*.

quica. E, a propósito de boatos que corriam na imprensa continental sobre movimentações anti-republicanas nos Açores, não deixa de salientar:

«O *Comércio do Porto* diz, em correspondência de Lisboa, que constara ao governo que o Marquês da Praia, Conde do Botelho e eu andávamos conspirando, que tinham pretendido prender-nos, mas que o povo se opusera à minha prisão e do Marquês, que havia receios de alteração da ordem e por isso o governo mandara para aqui um navio de guerra.

É assim que se faz a história.

Se em todo o país se conspirasse tanto como por aqui, a república não teria inimigos»²⁶.

4. Aliás, Raposo de Amaral, em fins de 1913, considera que, politicamente, havia dado entrada no «cemitério há umas boas dúzias de meses», seguindo, aliás, a estratégia definida pelo chefe do Partido Progressista, José Luciano de Castro que, citado por Raposo de Amaral, teria afirmado: «não lhes mexam; deixem-nos que eles por si se aniquilarão»²⁷. Tratava-se, pois, de abandonar qualquer intervenção política pública — sobretudo no processo eleitoral — de modo a não permitir a assunção, por parte dos republicanos, de uma legitimidade que a participação monárquica lhes conferiria. Esta estratégia pré-definida será confirmada por Luis Bettencourt de Medeiros e Câmara, em 1917, e criticada fortemente por facções republicanas. Acreditavam os monárquicos que a inexperiência da nova classe dirigente iria conduzir ao colapso os diversos níveis de administração do Estado. E Raposo de Amaral releva bem esta perspectiva numa carta a Luis Bettencourt:

«Certamente que esta gente aqui e em quase todo o país não tem com quem compor as listas para as corporações administrativas e terão de ir buscá-las fora da sua política; mas ainda neste caso a minha opinião é que ninguém deveria aceitar, fazendo-o mesmo constar, o mais publicamente possível, antes da eleição»²⁸.

²⁶ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Jacinto da Cunha Álvares Cabral*. Ponta Delgada 1912, Janeiro 2. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19.

²⁷ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Luis Ficher Berquó Poças Falcão* [Lisboa]. Ginetes, 1913, Novembro 6. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19.

²⁸ *Idem*.

Ora, a esta fase de crítica de Raposo do Amaral, de resistência passiva e de expectativa sobre os rumos que o Estado Português, na sua feição republicana, iria tomar, segue-se o que se poderia designar como a tentativa de *recomposição do antigo tecido monárquico* em S. Miguel. O instrumento essencial desta nova perspetivação da política local, seria a constituição do Centro Monárquico do distrito de Ponta Delgada, a exemplo do que se vinha fazendo no Continente, principalmente durante o governo Pimenta de Castro. Será, certamente, importante a análise da acta da reunião de 2 de Maio de 1915, aliás, a única que consta do *Livro de Actas do Centro Monarchico*²⁹. A reunião realizou-se no edifício do *Colégio*, propriedade de Raposo de Amaral, verdadeiro símbolo do poder político do chefe progressista-autonomista local e das jogadas políticas de bastidores por ele desencadeadas.

Segundo relata a *acta* em apêndice, ter-se-iam reunido mais de mil cidadãos de todas as classes e dos diversos pontos de Ilha, que se constituíram em assembleia deliberativa. Constituída a Mesa (Conde de Silvã, José Maria Raposo do Amaral e D. Carlos de Melo Manuel da Câmara Gomes), um dos vultos importantes dos monárquicos locais e que, futuramente, viria a assumir papel de primeiro plano na luta autonomista dos anos vinte, o Cons.^o Dr. Luis Bettencourt de Medeiros e Câmara, declarou que a reunião tinha por fim «unirem-se, organizarem-se e prepararem-se para a grande missão de restaurar a monarquia em Portugal». A passividade dos cidadãos teria de acabar, dado o descalabro a que o país havia chegado. Aponta, ainda, para a necessidade de a assembleia decidir sobre a constituição de uma comissão que se encarregasse da organização partidária monárquica.

Mont'Alverne de Sequeira, um dos paladinos da luta autonomista dos anos noventa do século XIX propõe José Maria Raposo do Amaral para presidente da Comissão, após ter criticado com vigor o Estado republicano e exaltado as qualidades do proposto. Terá sido vivamente saudado e a sua proposta aclamada. Por seu lado, Luis Bettencourt salienta a bipolarização do espectro político português: «não há já regeneradores nem progressistas. Estes partidos políticos findaram a sua missão histórica: hoje há apenas monárquicos e republicanos».

²⁹ UA/SD/JMRA Ass. CEN/Liv.

Depois da votação por unanimidade dos nomes propostos para a Comissão, foram indicados os objectivos a perseguir, nomeadamente a organização partidária e respectiva propaganda.

Esta tentativa de *recomposição* das forças monárquicas poderá ter sido encorajada pela nomeação para Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada, do Coronel Virgílio Soares de Albergaria, curiosamente o oficial que, em 9 de Outubro de 1910, havia procedido à substituição das bandeiras no Regimento de Infantaria 26 e Castelo de S. Brás, com todas as honras prestadas a ambas, atitude que mereceu aplauso geral. De facto, logo após a tomada de posse, e segundo Raposo de Amaral, o Coronel Soares de Albergaria nomearia dois administradores de concelho monárquicos (Povoação e Lagoa), o que constituía um bom augúrio de colaboração futura ou, pelo menos, de não afrontamento aos monárquicos. Naturalmente que os dois nomeados consultaram o seu antigo chefe partidário sobre a conveniência da aceitação do cargo: tal ia contra a estratégia da *não participação*.

Raposo de Amaral não tem dúvidas: «convém aceitar a nomeação que não seja mais para evitar a de outro», que poderia prejudicar as movimentações monárquicas e, além disso, seria de esperar colaboração de ambos com a causa monárquica³⁰. E vai mesmo mais longe: «o actual governador civil é o nosso correligionário no talassismo»³¹ que inclusivamente e através de intrepuesta pessoa, teria solicitado indicação de nomes a Raposo de Amaral para a nomeação de regedores³². Aliás, um estudo sobre os governadores civis dos distritos seria importante para a compreensão da época. É que, nos fins de Outubro de 1915, novo governador civil é considerado também uma boa escolha: «O Correia está bem, porque há-de

³⁰ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Manuel Soares Brandão* [Povoação]. Ponta Delgada, 1915, Março 14. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19.

³¹ *Idem*.

³² *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao General António Augusto de Sousa e Silva* [Lisboa] Ponta Delgada, 1915, Março 16. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19. Mais tarde, como veremos, o Coronel Soares de Albergaria irá comportar-se de modo bem diferente, ao não promover a nomeação de monárquicos para cargos administrativos, durante o governo sidonista.

intrujá-los a todos, mas é tão republicano como eu. É homem que se entende muito comigo»³³.

No fundo, Raposo de Amaral, que mantinha todos os seus contactos antigos na ilha, nos Açores e em Lisboa, tendo-os mesmo alargado a antigos adversários regeneradores, continua, pelo menos em alguns casos, a exercer influência política significativa, nomeadamente ao «entender-se» bem com diversas autoridades da situação.

Se bem que continuando a afirmar a sua «morte» política, o antigo chefe progressista micaelense mantém-se informado sobre os rumos da política nacional e evolução da guerra, não se coibindo de dar a sua opinião sobre a marcha dos acontecimentos. E, por outro lado, reitera a sua total disponibilidade para regressar à política activa se tal pudesse contribuir para a restauração monárquica:

«Já nos últimos tempos da monarquia tinha resolvido retirar-me por completo da política, mas certamente que não hesitarei em voltar a ela e empenhar todos os meus esforços para uma restauração monárquica»³⁴.

Só que a sua opinião sobre o rei no exílio, D. Manuel II, não é muito positiva, nomeadamente por o considerar demasiado hesitante e pouco enérgico:

«O nosso Senhor D. Manuel não me parece seja o rei que nos conviria; para pôr isto a direito será necessário uma energia realmente extraordinária que, infelizmente, lhe não reconheço»³⁵.

³³ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a José Jacinto Andrade Albuquerque* [Ponta Delgada]. Ponta Delgada, 1915, Outubro 10. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19. Nomeado Governador Civil do distrito de Ponta Delgada em 16 de Outubro de 1915, o dr. Medeiros Correia era também o *leader* dos democráticos no distrito. A sua liderança foi motivo de contestação, pois era acusado de ter servido a Monarquia.

³⁴ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao General António Augusto de Sousa e Silva* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1915, Março 2. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19.

³⁵ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Conselheiro José de Azevedo Castelo Branco* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1917, Janeiro. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 22.

Além disso, enquanto em S. Miguel é evidenciada a união das antigas facções monárquicas em torno do ideal da restauração ³⁶, Raposo de Amaral critica fortemente o divisionismo e os jogos de bastidores que caracterizavam, na sua opinião, as hostes monárquicas continentais; não se teriam notado significativas alterações relativamente ao ambiente que se verificava nos tempos finais da monarquia: «está isto tudo no mesmo que dantes era e [...] a dura lição de uns anos de república em nada aproveitou aos monárquicos [...]» ³⁷. E esta profunda diferença que caracterizava o comportamento dos monárquicos continentais e micalenses leva-o mesmo a afirmar, relativamente à sua concepção de patriotismo:

«Em primeiro lugar sou micalense, em segundo açoriano e em terceiro português. Ora, a pátria portuguesa há tempos a esta parte, desde que deram em assassinos e desordeiros, está assim uma espécie de México que nada honra quem a ela pertence» ³⁸.

E é com esta ideia que procura reforçar os laços que deviam unir os monárquicos micalenses e açorianos, oferecendo serviços, solicitando empenhos, apresentando amigos ³⁹.

5. Mas, este afastamento da política activa, ou melhor, da intervenção política em termos públicos, não foi demasiado longo: os interesses e as convicções impuseram-lhe um regresso à vida pública ⁴⁰. Ciente de que, a nível nacional, os monárquicos não conseguiriam alcançar êxito eleitoral através da apresentação de candidaturas

³⁶ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a António Francisco de Morais* [Vila do Porto]. Ponta Delgada, 1915, Maio 1. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19.

³⁷ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao General António Augusto de Sousa e Silva* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1915, Março 31. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19.

³⁸ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Caetano Moniz de Vasconcelos* [Horta]. Ponta Delgada, 1915, Novembro 25. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 22.

³⁹ V. p. ex^o *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Dr. Albano de Gusmão Tavares do Canto Taveira* [Ponta Delgada]. Ponta Delgada, 1915, Março 6. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 19.

⁴⁰ Veja-se a título de exemplo, as suas azedas críticas ao sistema tributário, à taxação de preços e à «questão do álcool» em que tem interesses directos. Cf. *Idem*.

próprias, Raposo de Amaral recorre a um estratagema para ultrapassar essa dificuldade e apresentar ao eleitorado candidaturas monárquicas sem, *de jure*, se definirem como tal.

Com efeito, ainda antes da revolta sidonista de Dezembro de 1917, José Maria Raposo de Amaral pensa em fazer reviver o «velho» partido autonomista, de modo a «moralizar» a administração local e a constituir uma organização política que poderia prestar serviços aos monárquicos («nos poderá prestar serviços») ⁴¹. Porém, em meados do ano de 1917, o antigo chefe monárquico diz que tinha desistido da ideia por considerar que a «cambada» do governo não deixaria campo livre ao novo partido. E, além disso, acha que, nas circunstâncias que se viviam, não valeria a pena assumir responsabilidades nas corporações locais, dada a «desmoralização» e o «estado financeiro» em que se encontravam. Conviria antes — e regressando à tese inicial da não participação — que a administração republicana conduzisse a autonomia açoriana («que tanto nos custou a obter», salienta) ao colapso total para, quando as circunstâncias fossem favoráveis, reconquistar a autonomia distrital, em bases novas, de acordo com os ensinamentos da experiência ⁴². Esta opção teria, segundo o seu ponto de vista, «a grande vantagem de fazer uma limpeza radical no pessoal e começar-se-ia como de novo» ⁴³. Se se tiver em conta os acontecimentos subsequentes, esta carta apresenta-se-nos como uma espécie de «sondagem» à abertura dos seus correligionários quanto à possibilidade de criação de uma estrutura partidária de feição localista ou regionalista.

Convém, entretanto, salientar que a «recuperação» da imagem social e política de Raposo de Amaral sofreu um forte impulso a partir de um artigo publicado no órgão oficial do Partido Socialista Micaelense, *O Protesto*, além, evidentemente, de louvores saídos das suas próprias fileiras.

⁴¹ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Fushini*. [Lisboa]. Ponta Delgada 1917, Janeiro 14. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 22.

⁴² Cf. *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Dr. Gil Mont' Alverne de Sequeira* [Ponta Delgada]. Ponta Delgada 1917, Outubro 17, UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 22.

⁴³ *Idem*.

Assim, em fins de Março, *O Protesto* critica o chefe do Partido Unionista local, Dr. Francisco Luis Tavares, considerando que o «namoro» que este viria fazendo aos conservadores para uma aliança eleitoral de oposição ao governo poderia ser considerada como uma «provocante malícia» feita a José Maria Raposo de Amaral. E isto, refere o jornal socialista, quando Francisco Luis Tavares teria sido intolerante para com os «talassas» quando fora governador civil do distrito de Ponta Delgada, o primeiro a seguir à revolução republicana. E o artigo avança mesmo que José Maria Raposo de Amaral era o chefe político «mais influente e mais respeitado», cobiçado por democráticos e unionistas. A colaboração de Raposo de Amaral seria necessária à nova administração, até porque, considera o articulista, como político inteligente que era, já estaria convencido da impossibilidade de regresso ao regime monárquico. Assim, o Partido Socialista defende a necessidade de os conservadores regressarem à vida política activa que teriam abandonado devido à intolerância republicana. Seria «um partido local, puramente local, que pela sua força coloca[ria] os grupos republicanos num lugar subalterno [...]». Não se tratava, afirmava-se, de uma jogada dos socialistas tendo em vista a união com os conservadores, mas sim do reconhecimento de que «os conservadores não [tinham] o direito de negar-se ao cumprimento dos seus deveres patrióticos de cooperar para o bem-estar geral [...]»⁴⁴.

Havia, pois, por parte dos socialistas micaelenses, o reconhecimento da necessidade de intervenção dos conservadores — surgem aqui mais no sentido dos monárquicos que tinham optado pela retirada política — e, igualmente, o apontar para a constituição de um partido que defendesse os interesses locais, numa época em que alguns jornais açorianos inseriam nas suas colunas número significativo de artigos sobre regionalismo e identidade açoriana e de condenação ao poder central, acusado de relegar para segundo plano as questões açorianas. E é o socialista *O Protesto* que afirma: «os governos da Metrópole olham sempre [para os micaelenses] como se não tivéssemos os direitos correspondentes às obrigações que nos exigem»⁴⁵.

⁴⁴ *O Protesto*, n.º 10, Ano I, Ponta Delgada 1917, Março 31, pp. 2-3.

⁴⁵ *Idem*.

No mês seguinte, novo artigo de panegírico à «personalidade eminente do grande micalense, Exmo. Sr. José Maria Raposo Amaral». Exalta-se a sua honradez, nobreza de carácter, grandeza de alma ... Releva-se a sua actuação política, como chefe do Partido Progressista, em prol da sua Terra:

«Foi na Câmara Municipal, no Hospital, na Junta Geral, em todas as nossas corporações públicas onde Sua Exa. ou gente sua soube governar, no verdadeiro sentido desta palavra, e não como actualmente se exibem os republicanos locais, que têm dado manifestas provas de incompetência»⁴⁶.

Considerado o homem «de mais prestígio em S.Miguel, tanto na vida particular como na vida política»⁴⁷, Raposo de Amaral é desafiado pelo jornal a reassumir papel interveniente na vida pública. Vale a pena citar:

«Oxalá que Sua Exa. se condoa deste estado de coisas, desta barafunda enorme em que está o nosso distrito presentemente e que, numa data breve, retome o seu lugar que tanto honrou e ilustrou.

Venha, novamente, para a vida pública porque só V. Exa, triste é dizê-lo, pode congregar os belos elementos dispersos e fazer administração séria e honrada»⁴⁸.

Deixemos de lado a posição do Partido Socialista que, em artigos a que dá guarida no seu jornal, preconiza a constituição de um partido, micalense ou açoriano, com o lema «Os Açores para os Açorianos» e regressemos à correspondência de Raposo de Amaral. Refira-se, entretanto, que esta ideia de constituição de um partido que defendesse os interesses locais teve eco em diversos jornais de S. Miguel e da Ilha Terceira, como, por exemplo, no católico «A União» de Angra de Heroísmo. Os unionistas micalenses apoiam também a constituição do novo partido e o aprofundamento da autonomia, ainda que esta nova organização política devesse ser fiscalizada pelos outros partidos militantes, pactuando com eles quando tal fosse de interesse para o

⁴⁶ *O Protesto*, n.º 12, Ano I, Ponta Delgada 1917, Abril 30, pp. 1-2.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ *Ibidem*.

distrito⁴⁹. Da Capital, por outro lado, chegavam ecos de desconfianças sobre o debate autonomista então encetado. Especulava-se sobre possíveis ambições separatistas dos açorianos ou do seu desejo de ligação aos Estados Unidos da América, tudo isto ligado à discussão sobre o futuro das colónias africanas portuguesas dependente, não só do resultado da Guerra, mas também das ambições das grandes potências, como a Grã-Bretanha. Além disso, a instalação da base naval em Ponta Delgada e as manifestações de simpatia que os micaelenses demonstraram ao comandante de um navio de guerra surto no porto de Ponta Delgada, que havia repellido o ataque de um submarino alemão a S. Miguel, favoreciam todo esse clima de especulação e desconfiança que alguns meios jornalísticos lisboetas não deixavam de explorar. E um articulista micaelense comenta:

«Mas é que no Continente, a par do desconhecimento destes sucessos, há uma coisa que contribui para o grave espírito de receio que se manifesta acerca dos Açores.

É a consciência do abandono, do esquecimento, do desinteresse, que por nós tantas vezes a metrópole tem manifestado, a despeito dos direitos e da justiça que julgamos existirem, e na realidade existem, em nosso favor»⁵⁰.

Saber se Raposo de Amaral foi conduzido pela «onda», ou se a originou, é sumamente difícil. Como atrás se referiu, em Outubro de 1916 afirma que está afastado da política, que lhe causa «nojo»⁵¹; e, em Outubro do ano seguinte diz que «em tempos» tinha pensado na reconstituição do Partido Autonomista, mas que desistira da ideia⁵². Terá sido ele a lançar a ideia, que o aval socialista fez propagandear, preparando o ambiente para o regresso às lides políticas de Raposo de Amaral?

⁴⁹ V. p. ex.º *Diário dos Açores*, n.º 7744, Ponta Delgada, 1917, Outubro 15, p. 1.

⁵⁰ Cf. *Diário dos Açores*, n.º 7754, Ponta Delgada, 1917, Outubro 26, p. 1.

⁵¹ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Pe. Ernesto Jacinto Raposo* [Povoação]. Ponta Delgada, 1916, Outubro 27. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 22.

⁵² *Carta ao Dr. Gil Mont'Alverne Sequeira* [Ponta Delgada]. Ponta Delgada, 1917, Outubro 13. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 22.

Uma carta de Janeiro de 1917 aponta precisamente nesse sentido, ao informar o seu correspondente que pensava fazer «reviver [...] o antigo partido autonomista para tratar das questões locais» e que, quando necessário, este seria «uma agremiação política organizada que nos pode[ria] prestar serviços»⁵³. Fica a dúvida pois, pela correspondência consultada na sequência, nada aponta num ou noutro sentidos. Porém, dada a experiência política de Raposo de Amaral e os seus privilegiados contactos aos mais diversos níveis, não seria de estranhar a combinação de uma estratégia com o Partido Socialista, em troca de benefícios políticos que, contra a expectativa do PS, não se viriam a concretizar.

Assim, com data de 29 de Outubro de 1917, José Maria Raposo de Amaral faz publicar na imprensa micaelense um «convite» para uma reunião a ter lugar no *Coliseu Avenida*, no dia 4 de Novembro seguinte. Convidava todos os seus «amigos e conterrâneos, sem distinção de partidarismo político», que se interessassem pela «boa administração pública» da ilha e com o objectivo de «trocarem impressões» sobre aspectos relacionados com as eleições administrativas a terem lugar brevemente⁵⁴.

A tónica, portanto, era a de uma reunião «apartidária», aberta a todas as correntes políticas, tendo em vista a tomada de decisões sobre as eleições administrativas que se seguiriam em breve (18 de Novembro).

O Comício teve apoio dos unionistas locais e das diversas sensibilidades conservadoras. Uma notícia saída no jornal católico *O Autonomico* enfatiza este aspecto, salientando que do comício saíu reconstituído o antigo partido autonomista. A saudação do regresso de Raposo do Amaral à política activa é bem salientada, afirmando-se que não tinham sido só monárquicos a estarem presentes no comício, mas independentes, antigos republicanos desiludidos e até «republicanos militantes». Tratava-se, refere o articulista, de ultrapassar a crise por que passava a administração local, entregando os cargos a «homens sérios e competentes». Não se justificava já a posição, durante

⁵³ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a Fuchini* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1917, Janeiro 14. UA/SD/JMRA Cop. C AMA(RAL JUN) v. 22.

⁵⁴ *Diário dos Açores*, n.º 7757, Ponta Delgada, 1917, Outubro 30, p. 2.

vários anos assumida, da «não participação» que passara a ser, dadas as circunstâncias, condenável:

«A indiferença em que, por largo tempo, se mantiveram muitos cavalheiros ilustres da nossa terra, tornava-se agora um crime porque acarretaria consequências bem funestas»⁵⁵.

Esta recuperação do ideal autonómico, «sem preocupação [sic] partidárias nem fórmulas doutrinárias»⁵⁶ podia congregiar todos os cidadãos que, desinteressadamente, quisessem participar na condução dos negócios públicos.

A Comissão Dirigente do Partido Socialista Micaelense que, como se referiu, havia meses vinha apoiando o regresso de José Maria Raposo do Amaral à actividade política e a constituição de um partido regionalista enviou, no dia em que teria lugar a reunião do *Coliseu Avenida*, um ofício ao «Presidente da Reunião Política», ou seja, a Raposo do Amaral, considerando mesmo que tal reunião assumiria o carácter de histórica.

Criticando acerbamente a governação republicana considerada incompetente e desrespeitadora da opinião pública, o Partido Socialista disponibiliza-se para colaborar naquela acção política, na defesa dos interesses do povo, «a bem do progresso local»:

«Não vimos aqui bajular ou atacar pessoa alguma. Vimos sim dar o nosso pequeno, mas sincero e leal apoio moral à grandiosa acção política que se pretende efectivar entre nós a bem dos interesses do nosso povo, a bem do progresso local.

Incondicionalmente nos encontramos dispostos a essa acção, colaborando com todos os nossos limitados recursos [...]»⁵⁷.

Esta posição do Partido Socialista indicia já, como aliás todo o seu percurso patente nos artigos de jornal, a pretensão de participar na coalisão das forças políticas de oposição, tendo em vista o derrube das administrações dominadas pelos democráticos. Das mesmas ideias

⁵⁵ *O Autonómico*, n.º 966, Vila Franca do Campo, 1917, Novembro 10, p. 1.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ *Ofício da Comissão Dirigente do Partido Socialista Micaelense ao Presidente da Reunião Política Realizada no Coliseu*. Ponta Delgada, 1917, Novembro 4. UA/SD/JMRA.

comungavam os unionistas, como atrás se referiu, e outros republicanos conservadores, sem filiação partidária. Ou seja, sob o pretexto da competência, sempre salientado no unionista *A República*, pretendia-se o apeamento da administração democrática substituindo-a por frente que uniria republicanos conservadores, monárquicos de diversas tendências e socialistas.

É este o espírito que preside ao comício de 4 de Novembro de 1917. Uma moção apresentada pelo Conselheiro dr. Luis Bettencourt, aprovada por unanimidade, delegava em José Maria Raposo de Amaral a total responsabilidade na elaboração das listas de candidatos aos lugares das autarquias e da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Mas, os unionistas e os socialistas acusam Raposo de Amaral de, na confusão do comício, só ter lido a primeira parte desta moção que incluiria a condição «mediante prévio entendimento com os outros partidos políticos»⁵⁸. Daí, os unionistas terem concluído que, nas eleições, teriam pela frente os monárquicos, sob a capa de autonomistas⁵⁹.

De facto, este estratagema de Raposo do Amaral que, ao convocar o comício, o faz novamente na perspectiva de «divisão das responsabilidades» — «não terão de se queixar só de mim»⁶⁰ — resultou na elaboração de listas compostas maioritariamente por personalidades monárquicas ou próximas dos ideais monárquicos. Aliás, Raposo do Amaral, ao expor a situação em carta ao Barão de Linhó, afirma:

«Nunca tive com republicanos o menor entendimento e disse sempre, e mantenho, que com eles nada quero»⁶¹.

⁵⁸ *A República*, n.º 1981, Ponta Delgada 1917, Novembro 11, p. 1.

⁵⁹ Cf. *A República*, n.º 2002, Ponta Delgada, 1917, Dezembro 6, p. 1.

⁶⁰ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Dr. Gil Mont'Alverne de Sequeira*. [Ponta Delgada]. Ponta Delgada, 1917, Novembro 5. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN), v. 22.

⁶¹ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Barão de Linhó* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1917, Novembro 23. US/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 22.

E, em carta ao lugar-tenente de D.Manuel II, o Cons.^o Ayres d'Ornelas, concretiza melhor a sua defesa das acusações que lhe eram movidas:

«Deram-me nesse comício plenos poderes para organizar as listas, mas quando disso tratei pretendiam alguns que tivéssemos entendimentos com os partidos militantes, ao que me neguei terminantemente, declarando que iria só. Desses alguns, a que acima me refiro e que se apregoam monárquicos por toda a parte, houve um, o Dr. Humberto Bettencourt de Medeiros e Câmara, que no dia seguinte se passou para eles, fazendo-me a guerra mais acintosa que pôde»⁶².

Num comentário à posição de Raposo de Amaral, os socialistas micaelenses acusam-no de intolerância e jocosamente lembram que nenhuma câmara municipal teria poder para «reinstaurar o trono»⁶³.

O certo é que a vitória nas eleições pertenceu, em grande medida, às listas elaboradas por Raposo de Amaral que, reclamando o movimento de «perfeitamente alheio a políticas», como escreve diversas vezes, mantinha ainda intacto o seu prestígio de homem público, com uma rede de influências eficaz e que gerira com mestria a estratégia da «não participação» que a crise por que passava a política nacional sobremaneira valorizara. Conseguiu também a formação de uma força partidária — o Partido Regionalista — conservadora que passou a desempenhar importante papel na política local, nomeadamente no período sidonista. E se o Partido Regionalista (recomposição do antigo Partido Autonomista, que muda de designação para evitar erradas interpretações nos meios continentais⁶⁴) recebe um grande apoio dos círculos conservadores, católicos e tradicionalistas micaelenses e, em certa medida, terceirenses⁶⁵, o certo é que recupera

⁶² *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Cons.^o Ayres d'Ornelas* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1917, Dezembro 13. UA/SD/JMRA — Cop. C AMA (RAL JUN) v. 22.

⁶³ *O Protesto*, n.º 25, Ano II, Ponta Delgada, 1917, Novembro 15, p. 4.

⁶⁴ Cf., p. ex., *Diário dos Açores*, n.º 7829, Ponta Delgada, 1918, Janeiro 29, p. 1.

⁶⁵ «Imite-se os micaelenses; siga-se-lhes o exemplo, constituindo e organizando um partido autonomista capaz de nos salvar do abismo em que nos precipitará a maldita e peçonhenta política de favores e desmandos», afirma um jornal católico terceirense. «A União», n.º 7018, Angra do Heroísmo, 1917, Novembro 10, p. 1.

também a adesão do Partido Socialista⁶⁶. Com efeito, através das colunas de *O Protesto*, os socialistas micaelenses deixam bem patente que «acolhem com simpatia o novo Partido», considerando o seu programa (elaborado por Aristides Moreira da Mota, um dos paladinos da reivindicação autonomista da década de noventa do século XIX) de «magnífico» e os componentes da respectiva comissão directiva de pessoas «distintas e cheias de ombridade» que davam garantias seguras de boa administração⁶⁷.

E a aproximação dos socialistas micaelenses aos regionalistas aprofunda-se precisamente nos inícios do governo de Sidónio Pais quando, em apoio ao governo por ter encerrado os centros democráticos e em crítica aos unionistas locais pelas suas ligações aos democráticos, salientam:

«a solução mais compatível com os interesses da República e da ilha de S.Miguel é o governo nomear um seu agente de confiança e, assim, depois de entendimentos com os seus amigos e com os regionalistas e os socialistas que já lhes patentearam o seu aplauso, tudo marchará bem»⁶⁸.

A perspectiva de Raposo de Amaral quanto ao apoio à política do governo não é, contudo, tão linear. Aliás, em carta a D. Luis Filipe de Castro, Raposo de Amaral considera erro estratégico os monárquicos concorrerem ostensivamente a eleições, enquanto os democráticos não se encontrassem «aniquilados» pois, caso contrário, havia o perigo destas candidaturas esbaterem as dissidências internas dos republicanos levando-os a «unirem-se para combaterem o inimigo

⁶⁶ Sobre a posição do Partido Socialista, a nível nacional, perante a política sidonista, v.: António José Telo, *Sidonismo e Movimento Operário. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa, Ulmeiro, 1977.

⁶⁷ *O Protesto*, n.º 29, Ano II, Ponta Delgada, 1918, Janeiro 31, p. 3.

⁶⁸ *O Protesto*, n.º 30, Ano II, Ponta Delgada, 1918, Fevereiro 13, p. 2.

comum»⁶⁹. Neste sentido, Raposo de Amaral sugere a extensão da tática micaelense a todo o país:

«Reorganizámos aqui o velho partido autonomista, que passa a chamar-se *regionalista*. Talvez fosse de conveniência para a nossa causa seguir-se a mesma orientação em todos os distritos do País; seria uma força constituída que num dado momento podia servir»⁷⁰.

No mês seguinte, confirma esta estratégia política, quando salienta que a Comissão Directora do Partido Regionalista se encontrava interessada em apoiar o Governo, mas ... «nada poderemos resolver sem receber ordens dos nossos chefes monárquicos daí»⁷¹.

Não parece, pois, restarem dúvidas sobre a profunda comunhão de interesses existente entre o Partido Regionalista e a Causa Monárquica, através dos seus principais agentes. Mas, saliente-se também, o protagonismo é local, ainda que sem exclusão da colaboração com os órgãos centrais da Causa Monárquica. A actuação em termos políticos é definida pelos políticos locais que, conscientes do seu prestígio e da sua força social e económica, aguardam o tempo certo para recuperarem posições perdidas com o advento da República. A tática da «não participação» em que se empenharam havia dado os resultados esperados: o regresso a lugares importantes da administração pública.

6. Ora, esta preponderância de Raposo de Amaral e do seu grupo ao nível da política distrital de Ponta Delgada terá o correspondente reconhecimento durante o consulado sidonista.

Com efeito, o Governador Civil, Coronel Virgílio Soares de Albergaria — antigo monárquico «com feição moderna republiceira» — nas palavras de Raposo de Amaral⁷², não teria compreendido o

⁶⁹ *Carta de José Maria Raposo de Amaral a D. Luis Filipe de Castro* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1918, Janeiro 14. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 22.

⁷⁰ *Idem.*

⁷¹ *Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Barão de Linhó* [Lisboa]. Ponta Delgada, 1918, Março 24. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 22.

⁷² *Idem.* Ponta Delgada, 1918, Janeiro 11. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 22.

espírito do governo de Sidónio Pais quando decidiu dissolver os corpos administrativos e nomear comissões administrativas em sua substituição. Virgílio Soares de Albergaria nomeou, em grande parte, personalidades que haviam concorrido pelas minorias nas anteriores eleições, retirando os regionalistas dos cargos que nas mesmas haviam alcançado. Raposo de Amaral, político experiente e conhecedor de que *ínvios* caminhos podem auxiliar a conquista do êxito, considera esta actuação bom serviço prestado pelo governador civil à sua causa:

«O governador civil [...] fez-nos, sem consciência, o alto serviço de excluir da proposta para as comissões administrativas todos os nossos, indo buscá-los às minorias.

A opinião pública revolta-se contra esta exclusão e continuamos a ficar bem colocados perante ela»⁷³.

Esta posição do Coronel Virgílio Soares de Albergaria resultou numa forte reprimenda dada pelo ministro do Interior.

Em telegrama datado de 29 de Janeiro de 1918, Machado dos Santos salientava que a política seguida pelo Governador Civil vinha descontentando os conservadores e amigos do ministro. E, em dura crítica:

«Em vez de atrair José Maria [Raposo de Amaral] V. Exa. mantém ainda aquela incompatibilidade que lhe disse para remover, colocando assim contra o governo aquele influente da ilha»⁷⁴.

A seguir dava severas instruções sobre o encerramento do centro democrático; a suspensão do jornal *O Repórter*, por ter criticado o Governo; a demissão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada, por não ter dado um voto de louvor ao governo, considerando que nada tinha a ver com ele, e a demissão de democráticos ligados às comissões administrativas. Aponta depois diversos nomes para cargos de administrador de concelho e conclui: «a par do partido unionista, V. Exa. deve tentar a organização das forças conservadoras, levando-as a integrem-se na República»⁷⁵.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ *A União*, n.º 7094, Angra do Heroísmo, 1918, Fevereiro 13, p. 1.

⁷⁵ *Idem*.

Naturalmente que, perante um telegrama deste teor, que desautorizava a actuação do governador Civil e que não deixaria, mais cedo ou mais tarde, de chegar ao conhecimento público, o Coronel Virgílio Soares de Albergaria não teve outra hipótese se não pedir a demissão, justificando a sua actuação em telegrama ao ministro do Interior. Aí afirma que actuou de acordo com a sua opinião, já que as instruções sobre a política a seguir para as nomeações só tinham chegado muito mais tarde aos Açores. Nesta perspectiva afirma ter optado por entregar a administração pública aos conservadores, «evitando, porém, [...] entregar a administração pública mãos inimigos declarados regimen, entre os quais estão o Senhor José Maria e amigos deste»⁷⁶. Assim, e face às acusações e demonstração de falta de confiança, demitiu-se do cargo.

O novo Governador Civil, o Ten.-Coronel Mário Augusto Teixeira, traz indicações precisas do governo para entabular conversações com os regionalistas, enquanto Raposo do Amaral vai consultando os seus homens de confiança nos diversos concelhos, a fim de lhe serem indicados nomes para as comissões administrativas que facultaria ao Governador Civil.

Com esta bem elaborada estratégia, Raposo do Amaral consegue que o Partido regionalista avance para a conquista dos postos-chave da administração local, de tal modo que os unionistas assumem que a administração está, em grande parte, nas mãos dos monárquicos e que teria havido subordinação do Governador Civil a José Maria Raposo de Amaral. E o pior, adianta o Jornal *A República*, órgão dos unionistas micaelenses, é que se tratava, em grande medida, de monárquicos intransigentes e não dos permeáveis à manutenção do novo regime⁷⁷.

E, se restassem quaisquer dúvidas sobre a capacidade de manobra política que Raposo de Amaral alcançou durante o consulado sidonista, bastaria verificar a sua posição aquando as eleições para presidente da República e para deputados e senadores.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ cf. *A República*, n.º 7076, Ponta Delgada, 1918, Março 9, p. 1.

Em carta ao Governador Civil, Raposo de Amaral diz que a Comissão Directora do Partido Regionalista decidira:

- Apoiar a candidatura de Sidónio Pais à Presidência da República, procurando dar-lhe a maior votação possível;
- Propor para deputados pelo círculo os candidatos regionalistas António Hintze Ribeiro, Dr. Duarte Manuel de Andrade Albuquerque e Dr. José Jacinto de Andrade Albuquerque (todos micalenses e enraizados na sociedade micalense e não, como amiúde acontecia, impostos pelos partidos e suas organizações centrais);
- Quanto aos Senadores, como eram dois os lugares em disputa o círculo que incluía os 3 distritos açorianos e o do Funchal, ficaria o Partido Regionalista a aguardar conversações do Governador Civil com os restantes 3 distritos para então ser tomada a decisão.

Rebatendo pretensões do Governador Civil tendo em vista a apresentação de candidatos governamentais a deputados, o *leader* dos regionalistas micalenses afirma:

«Se bem me recordo da nossa primeira conversa ficou-me a ideia de que o Sr. Sidónio Pais dera instruções a V. Exa. para apoiar o Partido Regionalista e tanto assim é que não fez para aqui a menor indicação sobre nomes a eleger.

Está V. Exa preocupado por não dar deputados mas [...] sem razão alguma pois os três que pretendemos eleger estão nas melhores posições de o auxiliar e podem bem considerar-se governamentais»⁷⁸.

Evidentemente que os regionalistas venceram, sem oposição, as eleições para deputados. Tratava-se, na opinião da imprensa conservadora, de três «novos» em quem eram depositadas muitas esperanças, nomeadamente por parte dos católicos locais, pois acreditava-se que, colaborando com os restantes deputados católicos, conseguiriam obter a revogação da «lei da separação»⁷⁹.

⁷⁸ Carta de José Maria Raposo de Amaral ao Governador Civil do Distrito de Ponta Delgada. Ponta Delgada, 1918, Abril 22. UA/SD/JMRA Cop. C AMA (RAL JUN) v. 22.

⁷⁹ cf. *O Autónimo*, n.º 942, Vila Franca do Campo, 1918, Maio 18, p. 1.

Não iremos estudar a actuação do Partido Regionalista durante todo o período da Primeira República nem as suas discussões internas, que se iniciam logo em meados do ano de 1918 e que conduziram mesmo à quase realização de um duelo entre Francisco Carvalhal e Aristides Moreira da Mota ⁸⁰.

Convém, porém, já no fim deste artigo, salientar a própria perspectiva de Raposo de Amaral sobre o Partido Regionalista e a sua ligação aos monárquicos. Trata-se de uma entrevista ao jornal monárquico «Diário Nacional», de 6 de Abril de 1918, citada por *A República*. Nessa entrevista, o Partido Regionalista surge como um partido «de ordem, inspirado nos progressos do distrito» mas, simultaneamente, patriótico ⁸¹, em que milivavam muitos monárquicos, mas todos «cheios de espírito regionalista, pondo de parte facciosismos» ⁸².

O monárquico-regionalista micalense não deixa de recordar a filiação do Partido Regionalista no antigo Partido Autonomista cuja designação fora alterada para se evitarem equívocos. E, para não deixar dúvidas sobre a não inclusão de militantes de partidos republicanos, afirma, em resposta à pergunta se no Partido Regionalista se encontravam representados elementos de outros partidos:

«Não [...] mas todos os homens honestos e patriotas serão bem recebidos no Partido Regionalista, desde que, conformes com o seu programa, se proponham segui-lo a bem da nossa terra» ⁸³.

E não se coíbe de declarar que as Comissões administrativas das Câmaras Municipais e da Junta Geral tinham sido por ele indicadas: «é gente da minha confiança, que faz obra honesta e patriótica» ⁸⁴.

7. Não foi nosso intuito seguir na sua globalidade o percurso de José Maria Raposo do Amaral no período que medeia a implantação da República e a sua morte em 17 de Dezembro de 1919. Tratou-

⁸⁰ *O Protesto*, n.º 41, Ano II, Ponta Delgada, 1918, Julho 31, p. 2.

⁸¹ *A República*, n.º 2112, Ponta Delgada, 1918, Abril 23, p. 1.

⁸² *Idem*.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ *Ibidem*.

-se, apenas, de uma abordagem sucinta a um tema que, em próximos trabalhos, poderá vir a ser motivo de preocupação. É que, como se tentou demonstrar, acompanhar este percurso é, em última análise, compreender de um modo mais directo, ou mais próximo, a conturbada vida política de tão importante período da história portuguesa na sua expressão regional — no caso concreto, o antigo distrito de Ponta Delgada.

Trata-se, no fundo, de uma personalidade que, educado na velha escola do rotativismo monárquico, soube gerir fidelidades, cimentar contactos, capitalizar conjunturas favoráveis e mesmo aproveitar tempos de silêncio.

E se teve, em momentos cruciais, a seu lado as forças conservadoras do regime e de fora dele, aproveitou também, do melhor modo, as autoproclamadas reaccionárias, e o apoio do Partido Socialista.

O mote foi sempre o descalabro da administração, a aposta na competência e nos elementos considerados *não políticos* — em contra-posição aos *politiqueiros* e *politicões* que já desprezara no período de estreitor da monarquia constitucional — e, fundamentalmente, na recuperação do ideal autonomista, sob a capa regionalista.

Daí, portanto, o ter conseguido impor condições ao governo sidonista e, igualmente, recuperar importantes lugares na administração pública para personalidades que havia tempo se encontravam relegadas ao esquecimento público.

Em consequência, não se poderá estranhar os encómios que sobre a sua figura eram lançados pelos seus seguidores nem tão pouco as duríssimas críticas que os seus adversários não se cansavam de expender a propósito da sua actuação política.

APÊNDICE

Acta da Assembleia preparatória da fundação d'um Centro Monarchico n'este districto de Ponta Delgada

No dia dois do mez de Maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e quinze, n'esta cidade de Ponta Delgada, e no edificio do Collegio, no largo do «Marquez de Pombal», pelas duas horas da tarde, se reuniram mais de mil habitantes desta ilha de S.Miguel, pertencentes a todas as classes da sua população, constituindo-se em assembleia deliberativa. Por aclamação e sob proposta do sr. José Maria Raposo do Amaral foi eleito para presidir o sr. Conde da Silvã, o qual, assumindo a presidência, convidou para secretarios o sr. Annibal dos Anjos e Camara e a mim, D. Carlos de Mello Manuel da Camara Gomes, que occupamos esses lugares.

Pedi para usar da palavra o sr. Conselheiro Luiz Bettencourt de Medeiros e Camara, e disse: — que era inutil explicar o motivo da reunião porque todos o conheciam e por isso alli estavam. A todos animava a mesma razão e a mesma fé: unirem-se, organisarem-se e prepararem-se para a grande missão patriótica de restaurar a monarchia em Portugal. A republica já obteve dos cidadãos portuguezes tudo o que elles lhe podiam dar em passividade, em transigencia, em concessões, em tolerancia e em sacrificios de toda a ordem; e já deu, por seu lado, todas as suas provas no campo politico, no administrativo e no financeiro, com a mais plena liberdade de acção.

Não quer qualificar a forma como ella usou d'esta; mas ha uma convicção que penetrou no espirito de toda a gente de boa-fé e que ama a sua patria e é que agora, basta!

É preciso saber o que nos resta do arruinadissimo patrimonio nacional, e ninguem tem o direito de se esquivar a esse dever sagrado. É preciso restaurar a monarchia para conservarmos o nome de portuguezes. Da assembleia deve sahir constituída a comissão dirigente n'este districto da acção politica dos amigos da monarchia à qual ficarão incumbidos os trabalhos d'organização partidária. Unamo-nos e organisemo-nos.

Ao terminar o orador foi entusiasticamente applaudido. Usa em seguida da palavra o sr. Dr. Gil Mont'Alverne de Sequeira. Começa por dirigir uma saudação aos monarchicos victimas da sua dedicação à monarchia, aos presos, aos condemnados politicos, a todos que a republica tem perseguido, exilado,, e a todos que fez soffrer. Faz uma larga exposição do estado a que a republica reduziu a nação portugueza, em todos os seus aspectos. Só podemos appelar para o restabelecimento da monarchia. Nada ha a esperar da republica e dos republicanos e quem quizer convencer-se, se é que alguem

não está convencido, leia os jornaes republicanos e veja o que elles dizem uns dos outros. Quanto á administração local por elles feita, todos a estão vendo e experimentando... Refere-se aos monarchicos que morreram depois de implantada a republica, e especialmente ao cons.^o José Luciano de Castro, de quem faz o elogio. Lembra que este disse, referindo-se aos republicanos: «não lhes mexam!» Assim se fez, realmente, e elles proprios se encarregaram de destruir a republica. Propõe para presidente da commissão que se vai constituir o sr. José Maria Raposo d'Amaral, de quem faz o elogio como cidadão e homem público naturalmente indicado para tal logar — o que foi aprovado com entusiasticas saudações a este cavalheiro. O orador foi tambem muito aclamado a applaudido.

Torna a falar o sr. Cons.^o Luiz Bettencourt. Diz — que estando ali tantos michaelenses e monarchicos, e entre esses muitos que foram partidarios e até amigos pessoas do Cons.^o Ernesto Rodolfo Hintze Robeiro — não deve a assembleia dissolver-se sem ali se invocar com a saudade e o respeito que lhe são devidos, o nome d'um illustre filho d'esta terra e tão devotado amigo da Corôa que já alguém disse que se elle fosse vivo, não se teria feito a republica. Pelos seus alevantados serviços á nação, pelas suas raras e brilhantissimas qualidades de talento, de trabalho e de caracter que lhe marcaram como estadista e como intellectual um dos primeiros logares entre os mais eminentes portugueses seus contemporaneos, e ainda pelas provas que sempre deu de dedicação por esta ilha que foi seu berço, é d'elementar justiça que ao invocar-se a sua memoria nos curvemos todos com gratidão e com saudade.

A assembleia interrompeu com vivos applausos o orador. Este prossegue, dizendo que não ha já regeneradores nem progressistas. Estes partidos politicos findaram a sua missão historica: hoje ha apenas monarchicos e republicanos. Monarchicos se acham ali presentes, e para todos só ha um pendão politico: o velho Portugal restaurado.

Continuando, lê os nomes dos cavalheiros que devem constituir a já referida commissão, sob a designação de Junta Monarchica Districtal de Ponta Delgada, á qual foi adicionada, por proposta do sr. Raposo do Amaral, o nome do mesmo sr. Cons.^o Luiz Bettencourt, para o cargo de secretario, ficando, assim, definitivamente constituída, por ser aprovada unanimemente e com repetidos applausos a todos os nomes; a saber:

Presidente honorario	— Conde da Silvã
Presidente effectivo	— José Maria Raposo d'Amaral
Vice-presidente	— Conde de Albuquerque
Vogais	— Annibal dos Anjos e Camara
	Antonio Ignacio Martins
	Antonio da Camara Velho Mello Cabral
	Dr. Antonio José da Silva Cabral
	Domingos Joaquim d'Azevedo
	Cons. ^o Francisco d'Andrade Albuquerque
	Francisco Pinto Gomes Netto

	Dr. Gil Mont'Alverne de Sequeira
	Dr. Guilherme Ficher Berquó Poças Falcão
	Jacinto Leite do Canto Pacheco Bettencourt
	João Maria Berquó d'Aguiar
	João Urbano da Silveira Moniz
	D. Joaquim de Mello Manuel da Camara
	Joaquim Almeida Cabral
	José Alvares Cabral
	Dr. José Pereira Botelho Riley
	Lionel Tavares do Canto Taveira
	Dr. Luiz Botelho Motta
	Visconde do Porto Formoso
Secretario	— Cons. Luiz Bettencourt de Medeiros e Camara
Vice-secretario	— Dr. Luiz Rebello Borges de Castro
	D. Carlos de Mello Manuel da Camara
	Gomes
Thesoureiro	— Francisco do Carvalhal

Foi votado por unanimidade que esta Junta fica encarregada:

- 1º — da inscripção de socios e instalação d'um Centro Monarchico;
- 2º — de promover a organização de nucleos nas sedes dos conselhos e freguesias mais importantes;
- 3º — de representar os correligionarios de todo o districto até a constituição do Centro, e sobre todos os assumptos que aos mesmos respeitem collectivamente.

Também pelo mesmo sr. Cons. Luiz Bettencourt foi lida uma carta do sr. Dr. Aristides Moreira da Motta, a quem se referiu com elogios, na qual este illustre cidadão communicava a sua adhesão áquella assembleia, resalvada a sua liberdade d'opinião e da critica ás resoluções da mesma, e no futuro.

Finalmente foi resolvido:

- 1º — dar conhecimento a Sua Magestade El Rei D. Manuel da reunião d'esta assembleia;
- 2º — dar igual conhecimento ao Exmo. Presidente da Direcção Politica do Centro Monarchico de Lisbôa;
- 3º — communicar a eleição da Junta á imprensa monarchica de Lisbôa.

A Assembleia dissolveu-se em seguida, levantando repetidas vivas á Patria Portuguesa e á Patria Açôreana.

Para ficar constando, escrevi a presente accta que comigo vai assignar o sr. presidente d'esta assembleia; e eu D. Carlos de Mello Manuel da Camara Gomes, como secretario, a subscrevo.

Ass. D. Francisco de Mello Manuel da Camara. Conde da Silvan.